

Ser mulher e licencianda em música no EaD: vivências no polo durante as avaliações presenciais

Comunicação

GTE 15 – Gênero e Sexualidade na Educação Musical

Jamilly Lidianne Freire de Mendonça
Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN)
h2akids@gmail.com

Resumo: Este trabalho analisa pelo olhar da interseccionalidade as experiências de mulheres cisgênero estudantes da Licenciatura em Música na modalidade Educação a Distância (EaD) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), com foco nos momentos de avaliações presenciais. A pesquisa tem como objetivo compreender como marcadores sociais como gênero, maternidade, classe social, raça, territorialidade e condições de trabalho influenciam a participação dessas mulheres nos processos avaliativos e a permanência no curso. Com abordagem qualitativa e natureza etnográfica, a investigação parte da vivência da própria autora como discente, utilizando observação participante, entrevistas semiestruturadas e análise de interações em ambientes virtuais. Apoio-me nos estudos de Crenshaw (1991), Leite (2021) e Mota *et al.* (2021) para entender que os momentos de avaliação presencial podem se tornar espaços de exclusão para aquelas que enfrentam jornadas múltiplas e precariedades institucionais. Os resultados revelam que as avaliações presenciais representam espaços de tensão e exclusão, especialmente para mulheres que enfrentam múltiplas jornadas e barreiras de deslocamento. A maternidade e a precariedade econômica emergem como fatores centrais que dificultam o acesso e o desempenho acadêmico, evidenciando como práticas avaliativas podem reproduzir desigualdades mesmo em instituições públicas. Diante do novo marco legal da EaD (Decreto nº 12.456/2025), alerta para o risco de aprofundamento das desigualdades, caso não haja políticas públicas que visem acolhimento e suporte adequados. Ao refletir sobre essas interseccionalidades, busco contribuir para o desenvolvimento de práticas educacionais mais equitativas e inclusivas na formação musical superior.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Educação a distância; Licenciandas em Música

Introdução

O presente trabalho apresenta reflexões iniciais de uma pesquisa em andamento que busca compreender os desafios enfrentados por mulheres cisgênero¹ estudantes da Licenciatura em Música na modalidade Educação a Distância (EaD) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), com foco nos processos de avaliações presenciais obrigatórias. Com base em uma abordagem qualitativa, de caráter etnográfico, a pesquisa investiga como experiências pessoais revelam os atravessamentos de marcadores sociais, como gênero, maternidade, classe social, raça, territorialidade e condições de trabalho, no desempenho e na presença dessas mulheres durante os momentos avaliativos.

A motivação da pesquisa surgiu da vivência da própria autora enquanto discente da licenciatura EaD, o que proporcionou uma perspectiva situada e sensível aos desafios enfrentados por suas colegas, especialmente em momentos de provas presenciais no polo de São Gonçalo do Amarante. Essas vivências levantam reflexões sobre como as avaliações, embora necessárias para a formação acadêmica, podem se tornar espaços de tensão, sobrecarga emocional e até de exclusão, sobretudo para mulheres que enfrentam múltiplas jornadas cotidianas.

A relevância da pesquisa se concentra na análise em torno do contexto social econômico e cultural que perpassa e se reflete nas práticas avaliativas em cursos EaD, considerando que tais práticas podem (re)produzir desigualdades mesmo em instituições públicas que visam promover inclusão. Ao articular teorias feministas interseccionais, estudos de gênero na educação musical e críticas ao ensino superior à distância, esta investigação pretende fomentar discussões e subsidiar políticas acadêmicas que levem em conta as complexidades das trajetórias de mulheres na educação musical, visando garantir ambientes mais acolhedores e equitativos para a permanência e formação dessas mulheres.

A discussão teórica está alicerçada nos estudos sobre interseccionalidade de Crenshaw (1991), Leite (2021) e Mota *et al.* (2021), considerando que desigualdades não se manifestam de forma isolada, mas sim em camadas sobrepostas que produzem exclusão, sobrecarga e evasão acadêmica. As vivências relatadas pelas colaboradoras evidenciam como a maternidade, o deslocamento territorial e a precariedade das estruturas dos polos

1 Indivíduos que nascem com um determinado sexo biológico e se reconhecem com as construções sociais que correspondem a esse gênero.

impactam diretamente a permanência e o desempenho acadêmico, tornando os momentos presenciais espaços de tensão e resistência.

Ao refletir sobre os atravessamentos comuns e singulares que compõem essas trajetórias, este trabalho busca contribuir para o debate sobre a construção de uma universidade pública mais democrática, plural e emancipadora, em que políticas educacionais levem em conta as complexidades das vivências das mulheres cisgênero na Licenciatura em Música EaD. Nesse sentido, também se problematiza o novo marco regulatório da EaD (Decreto nº 12.456/2025), cujas exigências podem ampliar desigualdades estruturais se não forem acompanhadas políticas públicas que gerem ações inclusivas e estratégicas de políticas estudantis refletidas em acolhimento nos polos.

Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, de natureza etnográfica, pautada na minha vivência enquanto integrante do grupo de mulheres cisgênero, estudantes do curso de Licenciatura em Música na modalidade de Educação a Distância (EaD) da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN). Inspirada nas contribuições de Marconi e Lakatos (2003), adota-se a perspectiva de que o pesquisador precisa estar imerso no contexto social que investiga, observando e refletindo sobre os fenômenos a partir de sua inserção ativa e contínua.

Cabe destacar que, embora o foco da pesquisa esteja nas experiências de mulheres cisgênero, não foram identificadas, na turma observada, estudantes trans, intersexo, não binárias ou que se identifique com outras identidades de gênero. Essa ausência delimita o escopo da investigação, mas também revela lacunas importantes na representatividade e no acesso à formação superior em música por parte dessas pessoas trans, intersexo, não binárias e de outras identidades de gênero.

A pesquisa está sendo conduzida há aproximadamente um ano e meio, contemplando momentos de interação virtual, por meio de grupos de *WhatsApp* e fóruns de discussão na plataforma *Moodle* que além de encontros presenciais realizados durante as provas obrigatórias no polo de São Gonçalo do Amarante. Como procedimento metodológico,

empregou-se a técnica de observação participante, permitindo um acompanhamento direto vivenciando as dinâmicas sociais que atravessam os momentos avaliativos. A observação desenvolvida na pesquisa envolveu o meu olhar atento no contexto das avaliações presenciais realizadas no polo de São Gonçalo do Amarante, na segunda unidade do semestre de 2025.1 na Turma 2 que cursa o quarto período. Mais do que realizar uma coleta de informações descritivas, busquei acompanhar cuidadosamente as interações entre as três colaboradoras da pesquisa em diferentes momentos do processo avaliativo. Durante os dias de prova, foram observadas as dinâmicas sociais que se estabeleciam nos intervalos entre avaliações, nas revisões de conteúdos realizadas antes do início das provas e nos ensaios práticos, como aqueles voltados à execução de instrumentos musicais, especialmente na disciplina de Flauta II.

Esses momentos, vivenciados também pela própria pesquisadora enquanto integrante da turma, permitiram compreender como se constitui o cotidiano acadêmico das discentes em situações de avaliação. As revisões colaborativas, os ajustes técnicos para as provas práticas e os diálogos espontâneos entre as alunas revelaram aspectos do percurso formativo que não se restringem ao desempenho individual, mas envolvem estratégias coletivas de permanência, apoio mútuo e compartilhamento de saberes, especialmente diante dos desafios impostos pela modalidade EaD e pelas limitações estruturais dos polos presenciais.

A coleta de dados incluiu a análise das informações disponíveis nos espaços virtuais utilizados pelas alunas, como os grupos de *WhatsApp* e os fóruns de discussão no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA). “Ambientes Virtuais de Aprendizagem são espaços digitais que possibilitam a interação entre sujeitos do processo educativo, promovendo a construção coletiva do conhecimento por meio de ferramentas tecnológicas” (Moran, 2007, p. 15).

Entre abril e julho de 2025, foram realizadas entrevistas semiestruturadas e aplicado um questionário com perguntas abertas e fechadas a três colaboradoras da Turma 2, que estão atualmente cursando o quarto período, no curso de Música Licenciatura na modalidade EaD. A escolha desse grupo se deu por representar o meu cotidiano, viabilizando uma relação próxima e colaborativa com as participantes, que são as únicas mulheres da Turma 2, além de mim, totalizando quatro mulheres em uma turma de cerca de 30 alunos que realizam provas

nesse semestre de 2025.1. As entrevistas ocorreram de forma online e foram registradas em áudio, respeitando a preferência de cada colaboradora quanto à forma de participação e o questionário foi enviado para as alunas via *WhatsApp*.

A amostragem foi delimitada de maneira intencional, considerando os critérios de acessibilidade, vínculo interpessoal e disponibilidade das participantes. A pesquisa seguirá acompanhando essas licenciandas até a conclusão do curso, com o propósito de aprofundar as análises e oferecer subsídios para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Para além dos procedimentos metodológicos descritos, esta pesquisa também se estrutura a partir da abordagem teórica da interseccionalidade e da análise de marcadores sociais da diferença, conforme discutidos por Crenshaw (1991), Mota et al. (2025) e Akotirene (2019, *apud* Leite, 2021). A interseccionalidade é compreendida como uma ferramenta analítica capaz de revelar como múltiplos sistemas de opressão, como gênero, raça, classe, maternidade e territorialidade, atuam simultaneamente na produção de desigualdades acadêmicas, especialmente entre mulheres em contextos de ensino superior à distância. Tal perspectiva permite que as vivências das colaboradoras da pesquisa sejam interpretadas em sua complexidade, evidenciando como práticas avaliativas presenciais podem se tornar espaços de reprodução de exclusões. Inspirada nos estudos de formação em música orientados pela interseccionalidade, como proposto por Mota *et al.* (2021), esta pesquisa reconhece que as trajetórias formativas não são neutras nem homogêneas, e busca contribuir para o aprimoramento das políticas educacionais com foco nas diversas realidades das estudantes. Conforme Akotirene (2019 *apud* Leite, 2021), ao abordar o conceito de interseccionalidade, é importante considerar que seu uso não deve hierarquizar as opressões vivenciadas por diferentes grupos sociais, mas sim problematizar essas realidades e buscar estratégias de enfrentamento (p. 6).

Para contextualizar as trajetórias das mulheres estudantes da Licenciatura em Música EaD, a próxima seção abordo as especificidades do curso, sua estrutura curricular e o funcionamento dos polos presenciais.

Caracterização do Curso de Licenciatura em Música da UERN na Modalidade EaD

O curso de Licenciatura em Música oferecido pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte (UERN), na modalidade de Educação a Distância (EaD), integra o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB), criado com o intuito de expandir e interiorizar o acesso à educação superior pública no país (Brasil, 2006). Com duração prevista de quatro anos (oito semestres) e prazo máximo de integralização de cinco anos e meio (onze semestres letivos), o curso totaliza uma carga horária de 3.305 horas, distribuídas entre disciplinas obrigatórias, práticas como componente curricular, estágio supervisionado, trabalho de conclusão de curso (TCC), disciplinas optativas, atividades de extensão e complementares (PPC, 2021).

O curso funciona com o suporte de polos presenciais localizados em municípios do interior do estado, distantes dos grandes centros urbanos, estratégia que visa democratizar o acesso à formação superior na área da música. Conforme Paiva (2023), essa estrutura é fruto da parceria entre a UERN e o sistema UAB, sendo operacionalizada com o apoio de bolsas concedidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a coordenadores, professores e tutores, tanto presenciais quanto a distância.

A organização pedagógica do curso se dá por meio de um Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), utilizando a plataforma *Moodle*. Este sistema possibilita que estudantes assistam às aulas, acessem bibliotecas digitais, realizem atividades e participem de fóruns de discussão. No contexto das avaliações, a sistematização ocorre em três unidades por disciplina: a primeira avaliação é realizada de forma virtual; a segunda consiste em provas presenciais aplicadas nos polos; e a terceira ocorre novamente de forma online. Caso o estudante não atinja a média exigida de 6,0, é necessário realizar uma nova avaliação presencial.

Atualmente, o curso conta com duas turmas em andamento, e uma terceira que terá início em 2025.2, distribuídas por diversos polos no estado do Rio Grande do Norte, contemplando cidades que não oferecem a Licenciatura em Música de forma presencial. O ingresso ocorre via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), respeitando as políticas de inclusão e ações afirmativas, com vagas distribuídas entre ampla concorrência, professores da Educação Básica, pessoas com deficiência (PcD) e estudantes autodeclarados pretos/as, pardos/as ou indígenas.

Compreender a estrutura e os processos formativos do curso é fundamental para contextualizar as vivências das mulheres cisgênero participantes da pesquisa, sobretudo nos momentos de avaliações presenciais, que se revelam como espaços de tensão, exclusão ou sobrecarga em função de múltiplos atravessamentos sociais e pessoais.

Atravessamentos Comuns, Singularidades e Interseccionalidades nas Experiências das Discentes nas Avaliações Presenciais

As entrevistas realizadas e os questionários respondidos pelas três colaboradoras da Turma 2 do polo de São Gonçalo do Amarante, identificadas por nomes fictícios: Maria, Joana e Rita, revelam padrões de vivência que não podem ser compreendidos de forma homogênea. As trajetórias acadêmicas dessas mulheres cisgênero estudantes da Licenciatura em Música da UERN na modalidade EaD são profundamente atravessadas por marcadores sociais como gênero, maternidade, classe social, condição de trabalho e localização territorial.

Esses atravessamentos tornam-se especialmente visíveis nos momentos de avaliação presencial. Na pergunta: como é sua rotina para acompanhar o curso de Música Licenciatura da UERN na modalidade EAD? A resposta foi que todas as colaboradoras entrevistadas demonstram esforços em acessar as atividades de forma recorrente, ainda que conciliando outras demandas pessoais e profissionais. A conciliação entre estudo e cuidado familiar, especialmente no caso de Maria e Rita, aponta para uma desigual distribuição de tempo e energia imposta às mulheres em decorrência de papéis de gênero construídos socialmente. No caso de Joana, essa sobrecarga é reduzida por estar em uma fase distinta da maternidade, seus filhos já são adolescentes ou adultos, o que lhe proporciona mais autonomia e estabilidade em sua rotina de estudos.

No que diz respeito à pergunta: que dificuldades encontra para chegar até o polo nos dias de prova ou atividades presenciais? O deslocamento surge como barreira concreta e comum. A ausência de transporte público eficiente e os custos adicionais para chegar ao polo revelam como a territorialidade afeta diretamente o acesso à formação musical. A interseccionalidade, nesse caso, manifesta-se na combinação entre classe social (impossibilidade de arcar com transporte privado), maternidade (a necessidade de

deslocamento com filhos), e gênero (estrutura social que não prevê apoio adequado às mulheres estudantes).

A maternidade é um marcador central nas experiências de Maria e Rita, que respondem afirmativamente à pergunta: você sente que a maternidade impacta sua experiência como estudante de licenciatura em música? Ambas relatam que os cuidados exigidos pelos filhos afetam significativamente seu tempo de estudo e sua presença no polo, inclusive nos momentos avaliativos. Maria, em especial, destaca que precisa levar o filho às avaliações por não ter com quem deixá-lo, o que torna esses momentos não apenas acadêmicos, mas também de logística emocional complexa. Já Joana não percebe interferência da maternidade, por conta de seu contexto familiar.

Essa distinção revela como a interseccionalidade não opera de forma linear: é no entrelaçamento de idade dos filhos, autonomia familiar, estrutura de apoio e classe social que o peso da maternidade se intensifica ou se dilui. Como afirma Leite (2021), “as experiências interseccionais das mães revelam que gênero, raça e classe não atuam isoladamente, mas se entrelaçam na produção de desigualdades que afetam diretamente o cotidiano do cuidado” (p. 5). Essa perspectiva reforça que a maternidade, longe de ser uma vivência homogênea, é atravessada por múltiplas camadas de opressão e resistência, exigindo uma abordagem sensível às particularidades de cada contexto. A pergunta: como você percebe os processos de avaliação no curso, são acessíveis considerando sua realidade? Reforça essas diferenças. Entretanto todas consideram as atividades online acessíveis, as avaliações presenciais evidenciam desafios específicos.

Maria e Rita apontam que a falta de estrutura no polo, como brinquedoteca ou apoio para mães estudantes e até algum local para fazer uma refeição, como uma lanchonete no polo ou próximo ao polo, dificulta sua permanência com dignidade e segurança nos momentos de prova. Por sua vez, Joana chama atenção para outra dimensão de desigualdade: a ausência de equipamentos adequados para gravação de avaliações práticas musicais, o que prejudica alunos que não possuem recursos tecnológicos em casa. Nesse sentido, a interseccionalidade atravessa os níveis de acesso digital, mostrando que as desigualdades não se restringem à presença física no polo.

As reprovações, a evasão parcial de disciplinas e as dificuldades de acompanhamento também são comuns a Maria e Rita, ao serem questionadas sobre se elas já reprovaram alguma disciplina ou ficaram em recuperação, as respostas destacam a sobrecarga e a falta de tempo como fatores centrais. Já Joana afirma não ter enfrentado essa realidade até o momento. Essas diferenças expõem como os marcadores interseccionais produzem trajetórias desiguais, mesmo dentro de um mesmo curso, turma e polo.

A estrutura física do polo é amplamente questionada pelas participantes. Enquanto Maria e Rita sugerem espaços voltados ao acolhimento infantil, Joana propõe melhorias técnicas e acústicas que beneficiem as avaliações musicais práticas. Embora distintas, ambas as propostas partem de necessidades específicas relacionadas às suas realidades, e revelam que uma estrutura padrão não contempla a diversidade de sujeitos presentes na educação musical à distância.

Ao responderem sobre o que as motiva a continuar no curso, todas demonstram desejo de permanência, seja pela paixão pela música, pelo reconhecimento profissional ou pela obtenção do diploma. Essa motivação, embora comum, não apaga os efeitos das barreiras estruturais que afetam desigualmente cada uma, evidenciando que a persistência, para algumas, demanda estratégias mais árduas e sacrifícios adicionais.

Por fim, ao perguntar: como você se sente fazendo parte desse espaço de formação musical? A resposta revela um sentimento compartilhado de pertencimento e valorização. Ainda que os caminhos sejam desiguais, há uma valorização do acesso proporcionado pela modalidade EaD, um acesso que, para muitas, representa a única possibilidade de formação acadêmica na Licenciatura em Música.

Dessa forma, ao observar os relatos das colaboradoras, é possível afirmar que as avaliações presenciais não ocorrem em terreno neutro. Elas são vivenciadas dentro de um contexto marcado por interseccionalidades que produzem exclusão, tensões e sobrecarga para algumas, enquanto outras conseguem transitar com menos obstáculos. Reconhecer essas nuances é fundamental para que práticas avaliativas e políticas institucionais deixem de tratar os estudantes como um grupo homogêneo e passem a considerar suas realidades sociais, familiares, econômicas e territoriais. Como defendem teóricas como Crenshaw (1991) e Mota *et al.* (2021), só por meio da incorporação da interseccionalidade como princípio ético

e político é possível construir ambientes de formação verdadeiramente equitativos e acolhedores.

Reflexões sobre o Novo Marco Legal da Educação a Distância e seus Impactos na Permanência Acadêmica

Em 19 de maio de 2025, foi publicado o Decreto nº 12.456, instituindo um novo marco regulatório para a Educação a Distância (EaD) no Brasil. Com o objetivo de qualificar a oferta de cursos superiores nesta modalidade, o texto legal passou a estabelecer limites e exigências importantes: a proibição da oferta de cursos de licenciatura integralmente na modalidade EaD; a obrigatoriedade de pelo menos 30% da carga horária realizada presencialmente; e a incorporação mínima de 20% de atividades síncronas mediadas por tecnologia. Tais mudanças têm impacto direto sobre o curso de Licenciatura em Música da UERN na modalidade EaD, foco desta pesquisa, e exigem reconfiguração estrutural e pedagógica por parte das instituições públicas que hoje atendem estudantes nos territórios mais distantes das capitais.

A escuta das três colaboradoras, Maria, Joana e Rita, evidenciou que os momentos avaliativos presenciais já representam desafios significativos, especialmente para aquelas que enfrentam múltiplas jornadas, ausência de rede de apoio familiar e dificuldades de deslocamento. Com a exigência legal de maior presencialidade, é possível que essas barreiras se intensifiquem, ampliando o risco de evasão acadêmica, sobretudo entre mulheres mães, trabalhadoras e moradoras de zonas periféricas ou cidades interioranas.

Ao exigir melhorias na infraestrutura dos polos, acompanhamento pedagógico presencial e controle de presença mais rigoroso, o decreto traz avanços técnicos, mas também convoca as instituições a revisitarem seus princípios de inclusão e permanência. Os depoimentos indicam que muitas das estudantes não contam com estrutura adequada para realizar avaliações práticas, tampouco encontram acolhimento institucional suficiente para lidar com os atravessamentos sociais que marcam suas trajetórias, como a ausência de brinquedotecas, salas acústicas, instrumentos musicais, linha de transporte público próximo ao polo, local para fazer refeição ou suporte tecnológico para gravações musicais.

Dessa forma, é essencial que as mudanças propostas pelo novo marco legal da EaD sejam acompanhadas por políticas sensíveis aos contextos interseccionais vivenciados pelas discentes. Gênero, classe, território, maternidade e condição laboral não podem ser ignorados na reformulação dos cursos de licenciatura. A escuta ativa, a inclusão de equipamentos adequados nos polos e o reconhecimento das desigualdades são passos fundamentais para assegurar uma formação musical que não exclua, mas transforme. Como afirma Mota *et al.* (2021), pensar a interseccionalidade como princípio ético e político é o que possibilita compreender verdadeiramente quem são os sujeitos que aprendem e ensinam música nos espaços públicos de formação.

Considerações finais

Esta pesquisa evidenciou que os momentos de avaliação presencial no curso de Licenciatura em Música da UERN na modalidade EaD são atravessados por múltiplos marcadores sociais que impactam diretamente a permanência e o desempenho das mulheres cisgênero estudantes. A escuta das colaboradoras, Maria, Joana e Rita, revelou experiências singulares, mas interligadas por dinâmicas sociais que envolvem maternidade, trabalho, classe, território e estrutura institucional. A maternidade, por exemplo, apareceu como elemento de forte influência para Maria e Rita, que enfrentam sobrecarga de cuidado e ausência de rede de apoio, enquanto Joana, com filhos adultos, não reconhece interferência da maternidade em sua rotina acadêmica. Esses relatos demonstram que o gênero, articulado a outros fatores, define diferentes formas de estar e permanecer na universidade.

As dificuldades relatadas, como deslocamento até o polo, falta de equipamentos para avaliações práticas, ausência de espaços de acolhimento infantil e falhas na comunicação institucional, apontam para a necessidade de rever práticas avaliativas e estruturas de suporte oferecidas nos cursos da modalidade EaD. A interseccionalidade, foi fundamental para compreender essas vivências em sua complexidade. Como afirmam Crenshaw (1991) e Mota *et al.* (2021), reconhecer os sujeitos em suas múltiplas dimensões permite construir políticas educacionais mais justas e acolhedoras.

Nesse cenário, a promulgação do Decreto nº 12.456, em 19 maio de 2025, instituiu um novo marco legal para a EaD, que determina que os cursos de licenciatura não podem mais ser ofertados integralmente a distância, exigindo no mínimo 30% de carga horária presencial 20% de atividades síncronas. Essa mudança representa um desafio adicional para estudantes que já enfrentam barreiras significativas nos momentos presenciais, podendo ampliar as desigualdades se não houver adaptação institucional que considere os atravessamentos sociais. As atividades presenciais, sem políticas de suporte estruturadas, podem agravar a exclusão acadêmica de mães solo, estudantes de territórios periféricos e pessoas sem acesso ao transporte ou recursos tecnológicos e nós a cada dia poderemos ver menos mulheres acessando o ensino superior, mais especificamente a licenciatura em música na modalidade de EaD.

Portanto, espera-se que esta pesquisa contribua para o fortalecimento de debates sobre equidade na formação superior, especialmente em cursos de licenciatura ofertados na modalidade EaD. Que os achados aqui apresentados sirvam de subsídio para a construção de políticas públicas sensíveis às realidades interseccionais das mulheres estudantes, e que essa pesquisa sirva de estímulo a essas mulheres a refletirem sobre o tema e como elas podem fazer a diferença em relação a busca pela garantia de políticas públicas que visem à assistência estudantil, à permanência e à valorização da diversidade nos espaços acadêmicos. Espera-se que esta pesquisa contribua não apenas para o aprimoramento de políticas públicas assertivas às múltiplas dimensões da experiência de mulheres na educação superior, mas também para o fortalecimento de uma consciência crítica entre as mulheres estudantes.

Ao evidenciar os atravessamentos interseccionais que marcam suas trajetórias, este trabalho reafirma a urgência de uma formação docente comprometida com a equidade, a inclusão e a transformação social. Que as vozes e vivências aqui refletidas de mulheres se juntem a de pessoas LGBTQIAPN+, povos originários indígenas, quilombolas e outras populações historicamente marginalizadas sirvam de impulso para a construção de uma educação musical que reconheça e enfrente as desigualdades estruturais. Que cada sujeito, ao ocupar os espaços acadêmicos, possa fazê-lo como agente ativo na luta por uma universidade pública verdadeiramente democrática, plural e emancipadora, onde os saberes diversos sejam valorizados e legitimados.

Referências

BRASIL. Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil. Diário Oficial da União, seção 1, p. 4. Brasília, DF, 9 jun. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/Decreto/D5800.htm Acesso em: 01 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto nº 12.456, de 19 de maio de 2025. Dispõe sobre a oferta de cursos de graduação na modalidade de educação a distância. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 maio 2025. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20232026/2025/decreto/D12456.htm Acesso em: 01 jun. 2025.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: intersectionality, identity politics, and violence against women of color. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241–1299, 1991.

Joana (nome fictício). Entrevista concedida a Jamilly Lidiane Freire de Mendonça via aplicativo WhatsApp. Natal/RN, 10 jun. 2025.

LEITE, Ingrid Lorena da Silva. *Narrativas de mães sobre experiências interseccionais na cidade de Fortaleza: análises sobre gênero, raça e maternidade*. Revista Humanidades e Inovação, v. 8, n. 60, 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/5432>. Acesso em: 03 jun. 2025.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos de Metodologia Científica*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Maria (nome fictício). Entrevista concedida a Jamilly Lidiane Freire de Mendonça via aplicativo WhatsApp. Natal/RN, 28 jun. 2025.

MOODLE, Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment, 2023. Disponível em: https://docs.moodle.org/400/en/About_Moodle Acesso em: 19/07/2024.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. 5. ed. São Paulo: Papirus, 2007.

MOTA, Yanaêh Vasconcelos; RIBEIRO, Carlos Antonio Santos; BARBOSA, Francisco Ernani de Lima; OLIVEIRA, Wenderson; OLIVEIRA, Mário André Wanderley. *Marcadores sociais e formação em música: um estudo orientado pela interseccionalidade na Escola de Música da Universidade Federal do Rio Grande do Norte*. Anais do Congresso ABEM, v. 4, 2021. Disponível em: http://www.abemeducacaomusical.com.br/anais_congresso/v4/papers/1100/public/1100-4477-1-PB.pdf. Acesso em: 02 jun. 2025.

PAIVA, Luciano Luan Gomes. *Desafios no Curso de Licenciatura em Música EAD da UERN*. Anais do XXVI Congresso da Associação Nacional de Educação Musical, Ouro Preto MG 2023. Disponível em: https://abem.mus.br/anais_congresso/V5/papers/1905/public/1905-7214-1-PB.pdf Acesso em: 19 jun. 2025.

PPC-MÚS-EAD. Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Música na modalidade à Distância. Departamento de Artes. Faculdade de Letras e Artes. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte 2020. Disponível em: https://www.uern.br/controldepaginas/proeg-projetos-pedagogicos-central/arquivos/4226ppc_musica_ead_final_24.11.2020.pdf Acesso em: 05 jun. 2025.

Rita (nome fictício). Entrevista concedida a Jamilly Lidianne Freire de Mendonça via aplicativo WhatsApp. Natal/RN, 30 jun. 2025.